

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO
CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM
PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

5

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e onze, no hotel fazenda Rota dos Cânions, município de Bom Jardim da Serra/SC, às quinze horas e dez minutos, iniciou-se a segunda reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim (PARNASJ), o Sr. Michel, presidente do Conselho, pede uma rápida apresentação dos presentes. Após as apresentações, trata da aprovação da ata da última reunião ordinária do Conselho e diz que ela foi encaminhada por e-mail a todos os Conselheiros. Todos concordam que a ata seja aprovada sem alterações. O Sr. Michel trata do ofício encaminhado ao Ministério Público relativo ao recurso de compensação ambiental do empreendimento de energia eólica, informa que em breve irá repassar a resposta por e-mail. Passa a palavra para o Sr. Luiz, do Instituto Serrano e conselheiro, fazer uma breve apresentação sobre o que é um Plano de Manejo (PM). O Sr. Luiz diz que um plano de Manejo é semelhante a um Plano Diretor de um município. Informa que, por lei, a validade mínima de um Plano de Manejo é de 5 anos e que após esse período ele deve ser atualizado. Diz que o Plano de Manejo divide uma unidade de conservação em diferentes zonas. Para a sua elaboração, deve-se conhecer a região e também a interação entre o ser humano e a Unidade de Conservação (UC). Deve-se ter uma equipe multidisciplinar, composta por biólogos, antropólogos e outros profissionais. Esse estudo deve abranger a UC e também as áreas vizinhas. Destaca a importância da integração da vida econômica das comunidades do entorno, sempre buscando conciliar o uso dos espaços com os objetivos da Unidade de Conservação. Deve-se definir objetivos específicos de manejo e gestão da UC. Informa que o Plano de Manejo conta com um roteiro metodológico e fala mais detalhadamente sobre as fases de elaboração desse documento. Diz que o Plano de Manejo não é apenas um documento técnico, que ele representa um processo contínuo de consulta, revisão e tomada de decisões. Ressalta que algumas áreas da UC podem ser destinadas para uso intensivo e outras para uso mais restrito. O Sr. Pedro, da Udesc e conselheiro, diz que todo Plano de Manejo prevê ajustes periódicos. Diz que, para a sua elaboração, é importante o levantamento de informações em boa quantidade e bastante confiáveis. O Sr. Pedro diz que é importantíssimo que seja feito o primeiro plano de manejo, pois as revisões seguintes acontecerão mais facilmente. Fala que uma porcentagem muito baixa das Unidades de Conservações Federais já possuem esse documento. A Sra. Berenice, representante dos moradores da Santa Bárbara / Bom Jardim da Serra e conselheira, elogia a apresentação do Sr. Luiz e pergunta se o Termo de Referência do Plano de Manejo já foi aprovado. O Sr. Michel diz que esse Termo de Referência já existe, mas não pode ser usado sem ser atualizado e informa que o levantamento de informações será feito por técnicos específicos, mas a tomada de decisão passará pelo Conselho Consultivo do Parque, pelas comunidades vizinhas e pelos setores envolvidos. Diz que gostaria do apoio do Conselho na forma de um documento que cobre do ICMBio a sua elaboração. A Sra. Berenice diz que deve-se trabalhar nos termos de referência (TR) antes da elaboração desse Plano de Manejo. A Sra. Berenice apoia a moção de apoio do Plano de Manejo, mas defende que antes disso deve haver uma definição dos limites da Unidade de Conservação e também a participação do Conselho na elaboração e na modificação desses termos de referência. O Sr. Michel diz que esse termo de referência foi feito no passado e que ele pode ser repassado aos

10

15

20

25

30

35

40

45

50

Conselheiros para conhecimento e provável modificação. A Sra. Berenice diz que é importante a participação do Conselho na fase de elaboração do Plano de Manejo. O Sr. Michel diz que já foram feitos três termos de referência para a elaboração do Plano de Manejo. Diz que o primeiro TR foi feito numa concepção onde os próprios técnicos do ICMBio, na época IBAMA, seriam os responsáveis pela elaboração deste documento. O segundo TR visava a compra de equipamentos e imagens de satélites e a contratação de profissionais de fora do órgão para elaborar o Plano de Manejo. Já o terceiro TR, tratou da contratação de uma empresa para realizar o Plano de Manejo. Nele foram previstas pesquisas e ações importantes a serem realizadas por essa empresa. Uma dessas ações seria a própria formação do Conselho Consultivo do Parque. O Sr. Ilton, prefeito de Bom Jardim da Serra e conselheiro, pergunta se foi incluído nesse TR, alguma citação sobre a votação do Projeto de Lei (PL) que altera os limites do Parque. O Sr. Michel diz que o TR não tratou da questão desse Projeto de Lei. O Sr. Michel diz que o Conselho poderia redigir uma moção ao ICMBio cobrando a elaboração do Plano de Manejo e também a participação do Conselho na elaboração de um novo Termo de Referência para a elaboração do Plano de Manejo. O Sr. Alex, estudante da pós-graduação da Udesc, ressalta a importância do PM. O Sr. Jordan, membro do Instituto Serrano, frisa a importância da definição do entorno da UC durante a elaboração do Plano de Manejo. Diz que a dimensão do entorno pode variar bastante. O Sr. Jordan diz que é importante frisar que é o plano de manejo que definirá a zona de amortecimento da UC. O Sr. Ilton diz que é essencial a definição clara dos limites do Parque. Sugere que se faça uma moção do Conselho solicitando a votação na Câmara dos Deputados dos limites do Parque. Esse assunto será debatido ainda nesta reunião. O Sr. Michel trata do terceiro assunto do dia, a mudança do nome do Parque. Lembra que essa pauta foi definida na reunião anterior do conselho. O Sr. Michel diz que costuma receber essa demanda, mas acha que não cabe aos funcionários encabeçar essa discussão. O Sr. Evandro, representante dos moradores e proprietários de Três Barras e Rio Hipólito / Orleans e conselheiro, defende a mudança, lembra que o logotipo do parque apresenta a Janela Furada, um puma e um pinheiro, e sugere: Parque Nacional da Janela Furada. O Sr. Jaime, representante dos moradores e proprietários da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada / Grão-Pará e conselheiro, diz que a UC não tem mais relação com o município de S. Joaquim e que por isso o nome deve ser mudado. O Sr. Eduardo, da Famor e conselheiro, pergunta se existem forças contrárias à mudança de nome. O Sr. Michel responde que “São Joaquim” já é um nome bem conhecido e muitas pessoas acreditam que a manutenção do nome seria positiva. A Sra. Berenice diz que essa decisão poderia ser tomada durante a elaboração do Plano de Manejo. O Sr. Luiz pergunta como funcionaria esse processo de mudança de nome de uma UC. O Sr. Michel diz que não tem conhecimento de processo semelhante. Diz que já foram sugeridas consultas às escolas da região abrangida pelo Parque. O Sr. Eduardo diz que esse processo demandaria recursos e pergunta se eles existem. O Sr. Michel diz que a UC não dispõe de recursos para isso, imagina contar com as prefeituras, através das secretarias municipais de educação. O Sr. Luiz diz que a troca do nome da UC não é uma coisa tão simples, diz que o seu nome é uma marca. Se a troca for bem sucedida, pode trazer mais retorno à região. Mas se a troca for infeliz, a região toda pode perder. Diz que pode-se até mesmo contratar uma empresa de marketing para estudar essa troca. O Sr. André, da FATMA e conselheiro, defende que o nome “São Joaquim” está mais vinculado à neve do que ao Parque Nacional. O Sr. Elias, membro do Instituto Serrano, diz que deve-se escolher um nome que contemple todos

100 municípios que fazem parte do Parque. O Sr. Ilton diz que pode-se pensar na
mudança de nome, mas defende que, no momento, ela fique em aberto. O Sr. Áureo,
da Prefeitura de Bom Jardim da Serra e conselheiro suplente, cobra objetividade,
pergunta se há interesse de mudar e de que forma essa mudança poderá ser feita. O
105 Sr. Michel pergunta quem é contra a mudança de nome. O Sr. Luiz e a Sra. Beatriz,
da Prefeitura de Urubici e conselheira, discordam da mudança. A Sra. Berenice e o Sr.
Pedro se abstêm. Votam a favor da mudança de nome, os seguintes conselheiros:
Eduardo, Jaime, Evandro, Ilton, André e Salete, do Sindicato dos Trabalhadores
Rurais de Urubici. Ficou definido que o Conselho posiciona-se favoravelmente à
110 mudança de nome do Parque. Os senhores André e Ilton temem que, ao repassar
essa decisão apenas à comunidade, o resultado pode não ser positivo. O Sr. Michel
diz que poderia se levantar o custo da contratação de uma empresa de marketing
para tratar deste tema. O Sr. Áureo sugere que cada conselheiro traga três sugestões
de nomes para depois trabalhar esses nomes em nível regional. O Sr. André sugere
115 que se façam consultas a pessoas de fora da região, sobre quais características
remetem à Serra Catarinense. A Sra. Berenice pergunta se essa mudança não seria
uma obrigação do ICMBio. O Sr. Michel responde que até pode tentar pedir o recurso
à administração central, mas não acredita que haverá interesse do ICMBio nessa
questão. O Sr. Evandro diz que a Janela Furada é o que mais lembra o Parque
120 Nacional. O Sr. Luiz sugere que seja previsto um valor baixo, como o de uma bolsa de
estudos, no Plano de Manejo para tratar desse assunto. Esse aluno deve fazer esse
trabalho com o acompanhamento de professores habilitados. A Sra. Berenice
concorda com a ideia e defende que se coloque no TR um recurso específico para
esse tema. Todos concordam. O Sr. Michel trata do Centro de Visitantes do Parque
125 Nacional. Diz que não pode esperar pela elaboração do PM, pois a visitação é de 80
mil pessoas por ano. Informa que a Prefeitura de Urubici, contratou um arquiteto para
fazer um trabalho sobre essa necessidade e, dessa forma, foi realizado um pré-
projeto. A ideia inicial seria a construção de portaria, centro de visitante e mirante. O
Sr. Michel diz que está tentando com que a Aeronáutica construa essa portaria. A Sra.
130 Berenice pergunta se existe um conflito entre o turismo e a atividade da Aeronáutica
no Morro da Igreja. O Sr. Michel diz que sim, pois um congestionamento de turistas
pode atrapalhar o acesso dos militares ao radar. O Sr. Jordan diz que aquela área é
considerada de Segurança Nacional, que ela deve sempre ser de fácil acesso aos
militares. O Sr. Eduardo diz que o local não possui nem uma lixeira e pergunta se a
estrutura mínima poderia já ser instalada. O Sr. Luiz diz que todas as estruturas no
135 interior da UCs devem estar contempladas no Plano de Manejo. O Sr. Eduardo diz
que ações pequenas poderiam ser feitas antes do Plano de Manejo. A Sra. Berenice
pergunta se pode existir um centro de visitantes sem o Plano de Manejo. O Sr. Michel
diz que ainda só existe um pré-projeto. Diz que o local do centro de visitantes pode
ainda ser melhor estudado. Diz que a portaria e o mirante não têm como serem
140 mudados de lugar. Compromete-se a sempre manter o conselho informado. O Sr.
Eduardo diz que a prefeitura deveria colocar e recolher o lixo com regularidade. O Sr.
Michel diz que vai conversar com a prefeitura e tentar resolver essa situação. O Sr.
Pedro sugere uma placa pedindo que se leve o lixo de volta. O Sr. Michel pede que o
Sr. Pedro fale sobre o projeto de lei que altera os limites do Parque Nacional. O Sr.
145 Pedro fala que procurou as informações mais reais e mais fiéis sobre os limites do
Parque. Cita os objetivos de criação do Parque Nacional. Apresenta o decreto de
criação do PARNASJ. Mostra um mapa com pontos, limites e fotos relativas a esses
pontos. Sugere que os conselheiros conheçam pessoalmente esses pontos. O Sr.

Pedro buscou, mas não conseguiu o memorial descritivo do mapa oficial do ICMBio. O Sr. Pedro fala sobre a importância de se ter esse memorial descritivo. Diz que o Projeto de Lei (PL) tem um memorial descritivo. A Sra. Berenice diz que o IBAMA contratou uma empresa para fazer o memorial descritivo presente no PL. O Sr. Pedro defende que o traçado original do Parque precisa contar com um memorial descritivo e de limites bem definidos. O Sr. Pedro apresenta um projeto, a ser realizado em parceria entre a Udesc e o ICMBio, para implementar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) com os limites do Parque, num valor de aproximadamente R\$ 60 mil para o ICMBio e de R\$ 40 mil como contrapartida da Udesc. Nesse projeto seriam adquiridas imagens com ótima resolução e as informações poderiam ser atualizadas e consultadas constantemente pela internet. A Sra. Berenice apresenta um histórico do PL. Em 2001, foi sugerida uma alteração propondo a retirada da região da Baixa Santa Bárbara dos limites da UC. Diz que essa alteração foi aprovada na Câmara dos Deputados. Quando o PL passou pelo Senado, o MMA contratou uma empresa, a Aerosat. O MMA incluiu diversas alterações em todo o perímetro do Parque, mudando a proposta original que havia sido encaminhada pela Associação Santa Bárbara. Berenice cobra também o memorial do trabalho realizado pela empresa contratada pelo MMA. Reforça que, os limites presentes no PL que está no Senado, não corresponde mais à proposta original da Associação Santa Bárbara. O Sr. Michel diz que o trabalho da Aerosat não foi aprovado pelo IBAMA, pois foi dito que a margem de erro da Aerosat era muito grande. Esclarece que o mapa proposto pelo IBAMA não foi elaborado pela Aerosat. O Sr. Ilton reforça que a proposta atual do PL foi realizada pelo IBAMA. O Sr. Henrique, da Santa Bárbara, diz que o decreto de criação do Parque é muito vago e confuso, existindo diferentes mapas dos quais nenhum resiste a algum questionamento. A Sra. Berenice informa que a proposta do IBAMA foi aprovada no Senado e agora voltou à Câmara dos Deputados na forma de substitutivo. O Sr. Michel diz que o IBAMA quis manter a dimensão original, que o órgão responsável na época acatou muitas das sugestões da Associação da Santa Bárbara, retirou e acrescentou outras áreas. O Sr. Áureo pergunta se a proposta do IBAMA contempla os anseios da Santa Bárbara. Berenice diz que não pode responder por todos daquela região, mas reforça que, o que está atualmente na Câmara dos Deputados, foram os limites sugeridos pelo IBAMA. O Sr. Michel diz que seria importante ouvir os posicionamentos dos outros conselheiros. O Sr. Áureo defende que, caso o mapa do IBAMA satisfaça a Associação Santa Bárbara, o Projeto de Lei seja aprovado. O Sr. Ilton diz que a proposta não satisfaz plenamente a Associação Santa Bárbara, mas informa que gostaria que a situação fosse concluída. A Sra. Vanessa, da FATMA e conselheira suplente, diz que a proposta do IBAMA engloba áreas do Parque Estadual da Serra Furada (PAESF) e cobra explicações sobre essa área específica. O Sr. Jaime diz que, em Grão-Pará, o limite atual deixa as nascentes de fora. O Sr. Pedro informa que a proposta do PL já engloba a Serra do Corvo Branco. O Sr. Evandro defende que é preciso entender melhor os limites atuais do PARNASJ. O Sr. Pedro sugere que se busque as razões dos limites da proposta do PL. O Sr. Henrique diz que o MMA ao apresentar as razões para que se editasse um substitutivo ao PL pelo Senado, apresentou fundamentos técnicos que estão disponíveis no site do Senado e que vai pesquisar e encaminhar ao Conselho. O Sr. Eduardo diz que deve-se buscar respostas no IBAMA e também defende que é uma grande oportunidade para o PARNASJ a proposta de elaboração de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) pela Udesc. O Sr. Eduardo destaca o ótimo custo-benefício do projeto. O Sr. Michel pede a posição do Conselho sobre o PL. O Sr. Ilton

200 diz que pode-se esperar mais um pouco para que sejam conseguidas novas informações e tomadas decisões na próxima reunião do Conselho. O Sr. Michel trata do agendamento da próxima reunião ordinária do Conselho: ela fica agendada para o dia 16 de fevereiro de 2012, em Orleans, às 14 horas, no Centro Administrativo da Prefeitura. Último assunto da pauta: a escolha do Vice-Presidente e do Secretário Executivo do Conselho. O Sr. Marcos, do ICMBio, lembra que o Regimento Interno do Conselho define que o Secretário Executivo conta com o apoio do PARNASJ. O Sr. 205 Pedro é escolhido como Secretário Executivo e o Sr. Luiz Guilherme como Vice-presidente do Conselho. O Sr. Michel ainda cita a importância da presença do Prefeito e Conselheiro, Ilton Machado, agradece a presença e o esforço de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcos Hiroshi Taniwaki, Analista Ambiental lotado no Parque Nacional de São Joaquim – ICMBio/SC, lavro a presente ata de 210 reunião, em que participaram as entidades conselheiras e convidados, conforme lista de presença anexa.

Entidade	Nome	Assinatura
Representante dos Proprietários e Moradores de Três Barras e Rio Hipólito	Evandro Crocetta	
Representante dos Proprietários e Moradores da Santa Bárbara	Berenice Martins da Silva	
FATMA / PAESF	Vanessa Matias Bernardo	
FATMA / PAESF	André Luiz Fernandes	
STRU	Salete Seemann dos Santos	
Pref. de Urubici	Beatriz Pinho de Oliveira	
FAMOR	Eduardo Bertoncini	
FAMOR	Camila Flor André	
Representante dos Proprietários e Moradores da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada	Jaime Kemper	
Pref. de Bom Jardim da Serra	Ilton Luiz Machado	
Pref. de Bom Jardim da Serra	Áureo Ribeiro Cassettari	
ICMBio	Michel Omena	
Udesc	Pedro Volkmer de Castilho	
ISCN	Luiz Guilherme M. de Sá	
ICMBio	Marcos H. Taniwaki	

* Outras pessoas presentes à reunião.	Alex Ribeiro Mendes / CAV – Udesc, Jordan Wallauer, Elias Antonio e Mariela Araya – Instituto Serrano de Conservação da Natureza, Thatiane Cardini Fernandes – FAMOR e Henrique B. Martins – Santa Bárbara
---------------------------------------	--